

Assessor na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual da Assembleia da República (entre maio de 1998 e agosto de 2002 e entre fevereiro de 2005 e novembro de 2007);

Assessor jurídico da Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça, Governo da Região Administrativa Especial de Macau (entre agosto de 2002 e janeiro de 2005);

Assessor Parlamentar do quadro de pessoal da Assembleia da República, desde 25 de maio de 1998;

Jornalista (por conta de outrem e em regime de *freelance*, entre março de 1997 e agosto de 2007).

Trabalhos realizados

Consulta Pública no Processo Legislativo Parlamentar, Assembleia da República, 2012 (edição *online*), em coautoria com Nélia Monte Cid;

Coautoria do projeto de Lei Orgânica da Assembleia Parlamentar do Kosovo e do projeto de lei que altera o Regimento da Assembleia Parlamentar do Kosovo (projeto de *twinning* de apoio à Assembleia Parlamentar do Kosovo — entre maio e setembro de 2014);

Participação, como perito, em projetos de *twinning* no Kosovo e na Albânia, entre 2012 e 2018;

Autor dos guiões de debate do concurso televisivo “*Quem fala assim*”, coproduzido pela RTP2 e pelo Canal Parlamento da Assembleia da República, exibido em 2012.

Outras funções desempenhadas

Vogal, Vice-Presidente e Presidente da Direção do Sindicato dos Funcionários Parlamentares (entre março de 2005 e outubro 2011);

Membro da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho da Assembleia da República (entre 2005 e 2007).

311344085

Despacho n.º 5039/2018

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 23 de abril de 2018, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas da Assembleia da República, o licenciado Jorge Filipe Marques Félix, com efeitos a partir de 4 de maio de 2018.

11 de maio de 2018. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

Nota Curricular

Nome: Jorge Filipe Marques Félix

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Sistema Eletrónicos e Computadores pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa (2002). Trabalho Final de Curso desenvolvido de 1999 a 2002 no INESC (Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores), sobre Sistemas de Controlo de Unidades de Leitura.

Formação complementar:

Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço (2015);
Curso CAPM — *Certified Associate Project Management* (2013);
Ciclos de Recertificação *Cisco Certified Network Professional* (2014, 2011 e 2008);

Curso ISO27001 — Introdução (2009);
Administração do HSM (*Hardware Security Module*) na Gestão de Entidades Certificadoras (2007);

Certificação MCSA (*Microsoft Certified Systems Administrator*) (2006);

Curso *Microsoft 2272 — Implementing and Supporting Microsoft Windows XP Prof.* (2005);

Curso *Microsoft 2277-Implementing, Managing and Maintaining a Microsoft Windows Server 2003 Network Infrastructure: Network Services* (2005);

Certificação MCP (*Microsoft Certified Professional*) (2005);

Curso Microsoft — 2400 — *Implementing and Managing Microsoft Exchange* (2005);

Curso Cisco CVOICE — *Cisco Voice Over Frame Relay, ATM and IP* (2002);

Curso Cisco BCCNS -*Building Cisco Content Networking Solution* (2002);

Certificação CCNP (*Cisco Certified Network Professional*) relativa a ciclo de certificação, Routing, Switching, Remote Access e Support e respetivos exames de certificação (2002);

Certificação CCNA (*Cisco Certified Network Associate*) relativa aos cursos e exames de certificação dos cursos ICND — *Interconnecting Cisco Network Devices I e II* (2002);

Atividade profissional:

Assessor Parlamentar, desempenhando atualmente funções de administração de rede, segurança informática, gestão de sala técnica e coordenação da Equipa de Redes da AR.

Ingresso na Assembleia da República, Centro de Informática, em 21.02.2005 através de concurso público;

Ingresso em 2000 nos quadros efetivos do operador Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A como Engenheiro de Telecomunicações, com funções de Administração de Rede IP e de Sistemas de Segurança Informática entre 2000 e 2005;

Outras experiências relevantes:

Participação no ECPRD (*European Center For Parliamentary Research and Documentation Meeting*, Ljubljana (Eslovénia), 18-19 de outubro de 2007, sob o tema da Mobilidade, efetuado a apresentação “*The Portuguese Parliament — Exploring New Perspectives*”

Frequência de diversos Seminários sobre o tema de Segurança Informática, Cibersegurança e Segurança na Mobilidade.

Desenvolvimento de ações de Avaliação e Assessoria Técnica no âmbito de programas de Cooperação Parlamentar com os Parlamentos de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

311344028

Despacho n.º 5040/2018

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 23 de abril de 2018, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Diretor do Gabinete de Controlo e Auditoria da Assembleia da República, o licenciado Fernando Paulo da Silva Gonçalves, com efeitos a partir de 4 de maio de 2018.

11 de maio de 2018. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

311344093

Despacho n.º 5041/2018

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 23 de abril de 2018, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Sistemas de Informação da Assembleia da República, o licenciado Nuno Filipe Ávila França, com efeitos a partir de 4 de maio de 2018.

11 de maio de 2018. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

Nota Curricular

Nome: Nuno Filipe Ávila França

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica — Ramo de Computadores, Departamento de Engenharia Eletrotécnica e Computadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1991-2000).

Formação complementar:

Pós-Graduação em Sistemas e Tecnologias de Informação para as Organizações pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (2004-2005).

Atividade profissional:

Coordenador da equipa de desenvolvimento aplicacional responsável pela intranet da Assembleia da República (AR@Net) e pelas suas aplicações (desde outubro de 2010) e pela componente técnica do site do Parlamento (desde fevereiro de 2015);

Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito do “Projeto de Fortalecimento da Capacidade Institucional do Parlamento Nacional de Timor-Leste” (agosto de 2013 a dezembro de 2014);

Ingresso na Assembleia da República em 14.02.2005 como assessor parlamentar através de concurso público;

Assessor do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para a área das Tecnologias de Informação e Comunicação (janeiro de 2002 a fevereiro de 2005).

Programador e formador na área das tecnologias de informação e comunicação em diversas empresas (janeiro de 2000 e dezembro de 2001).

Outras experiências relevantes:

Corresponsável pela implementação do Sistema de Gestão do Processo Legislativo e Parlamentar no Parlamento Nacional de Timor-Leste, no âmbito da cooperação técnica entre os dois Parlamentos (novembro de 2015 a fevereiro de 2018);

Perito em missão de curta duração de consultoria e formação num projeto de *twinning*, na Albânia, no âmbito do funcionamento da intranet nos Parlamentos da União Europeia (março de 2013);

Participou em diversas missões de cooperação com os parlamentos de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste (2008 a 2012);

Membro dos júris dos procedimentos concursais para recrutamento de assessores parlamentares e de técnicos de apoio parlamentar para o Centro de Informática;

Orientador de estágio de 2 novos assessores parlamentares que integraram a equipa de desenvolvimento AR@Net;

Participação como formador em diversas ações de formação na Assembleia da República.

311343923



PARTE C

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 5042/2018

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 3 de maio de 2018, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 91/2011, de 26 de julho, n.º 118/2012, de 15 de junho e n.º 116/2015, de 23 de junho, e no uso de competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros conforme disposto na alínea *a*) do n.º 2.5 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República* n.º 181, 2.ª série, de 19 de setembro, foi determinada a cessação da comissão de serviço de Daniela Almeida Pereira, pelo decurso da sua duração máxima, no cargo de adida técnica principal, para a área da Cooperação, na Embaixada de Portugal em Dili.

2 — O referido despacho produz efeitos a partir de 30 de junho de 2018.

10 de maio de 2018. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

311343015

Despacho (extrato) n.º 5043/2018

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 9 de maio de 2018, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2018, de 25 de janeiro, foi determinado que o Ministro Plenipotenciário de 2.ª classe Fernando d'Orey de Brito e Cunha Figueirinhas — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros —, designado pelo Despacho (extrato) n.º 3784/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 16 de abril, para exercer o cargo de Secretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja exonerado do referido cargo.

2 — A referida exoneração produz efeitos no dia imediatamente anterior ao da apresentação em Posto, na sequência da nomeação para o cargo de Embaixador de Portugal em Havana, conforme Decreto do Presidente da República n.º 18/2018, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 47, de 7 de março.

11 de maio de 2018. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

311343737

Despacho (extrato) n.º 5044/2018

Através do Despacho n.º 4760/2012, de 19 de março, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 4 de abril, foi designado, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, com o Decreto-Lei n.º 10/2012, de 19 de janeiro que aprova a orgânica do FRI, I. P.

que nos seus artigos 4.º e 6.º determina que o Fiscal Único é órgão do FRI e que é regulado pela Lei-Quadro dos Institutos Públicos e com o Despacho n.º 12924, de 25 de setembro, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 2 de outubro de 2012, pelo período de cinco anos, renovável por uma única vez, nos termos da lei, como fiscal único do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI, I. P.), a sociedade Vítor Oliveira e Hélia Félix, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na lista de revisores oficiais de contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 165, com o NIPC 504592106 e com sede na Rua de Ramalho Ortigão, 17, 3.º 1070-228 Lisboa, representada pelo revisor oficial de contas Vítor Manuel Rodrigues de Oliveira.

Torna-se agora necessário proceder à renovação da nomeação do titular do referido órgão de fiscalização, em conformidade com a proposta apresentada por aquele instituto público.

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, bem como o Despacho n.º 12924, de 25 de setembro, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 2 de outubro de 2012.

Por despacho conjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro das Finanças, de 10 de maio de 2018, determinou-se o seguinte:

1 — É renovado, por um período de cinco anos, improrrogável, o mandato do fiscal único do FRI, I. P., com a sociedade Vítor Oliveira, Hélia Félix & Associados, SROC, L.ª, NIPC 504592106, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de contas sob o n.º 165 e na CMVM sob o n.º 20161472, com sede na Avenida José Gomes Ferreira, 9, 6.º, sala 63, Miraflores, 1499-025 Algé, representada pelo revisor oficial de contas Vítor Manuel Rodrigues de Oliveira, ROC n.º 482.

2 — O mandato ora renovado iniciou os seus efeitos a 1 de abril de 2017 e termina a 31 de março de 2022.

3 — A remuneração mensal do fiscal único é fixada em 21 % do montante fixado para o vencimento base mensal ilíquido do presidente do conselho diretivo do FRI, I. P., acrescida do IVA à taxa legal em vigor, paga em 12 mensalidade, de acordo com o Despacho n.º 12924/2012, de 2 de outubro.

14 de maio de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

311348662

Despacho (extrato) n.º 5045/2018

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 3 de maio de 2018, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 3 e na alínea *g*) do n.º 4, ambos do artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 6.º, no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, conjugado com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho e no uso das competências delegadas pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1.3 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, foi designado em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, Miguel Freire